



MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA

SOCIAL MOVEMENTS AND SOCIAL SERVICE: AN ANALYSIS OF PUBLICATIONS ON THE TOPIC

Maria Clariça Ribeiro Guimarães*

<https://orcid.org/0000-0003-0837-5694>

Morena Gomes Marques**

<https://orcid.org/0000-0002-9397-5696>

RESUMO

O presente artigo aborda os movimentos sociais como objeto de pesquisa do Serviço Social. Resulta da análise das produções sobre esta temática, tendo por base as publicações nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), nos anos de 2014 e 2016. O conjunto desta produção revela tanto uma abordagem majoritariamente vinculada à teoria crítica, como um reflexo dos elementos conjunturais de maior efervescência à luta de classes – as jornadas de junho de 2013 e a ascensão dos movimentos sociais urbanos (suas bandeiras de luta, estratégia de organização e mobilização, avanços e entraves no cotidiano da organização política). Destaca-se também a maior ênfase à pesquisa acerca da relação do Serviço Social com os movimentos sociais, a partir de dois aspectos: o vínculo entre o Projeto Ético Político/lutas sociais e a articulação do conjunto CFESS-CRESS com estes sujeitos coletivos; bem como, a compreensão dos movimentos sociais como espaço sócio ocupacional dos assistentes sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Movimentos Sociais. Teoria Crítica.

ABSTRACT

The present article approaches the social movements as object of Social Service research. It results from the analysis of the productions on this subject, based on the publications in the annals of the National Meetings of Researchers in Social Service (ENPESS), in the years 2014 and 2016. The whole of this production reveals both an approach that is mostly linked to critical theory, as a reflection of the conjuncture elements of greatest effervescence to the class struggle - the days of June 2013 and the rise of urban social movements (their struggle flags, strategy of organization and mobilization, advances and obstacles in the daily life of political organization). It is also worth noting the greater emphasis on research on the relationship between Social Service and social movements, based on two aspects: the link between the Political Ethical Project / social struggles and the articulation of the CFESS-CRESS group with social

* Assistente Social. Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestra em Serviço social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Av. Pasteur, 250, Urca, Rio de Janeiro (RJ), CEP 21941-901. E-mail: <clarica.ribeiro@gmail.com>.

** Assistente Social. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestra em Serviço Social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20550-900. E-mail: <morenamarques@yahoo.com.br>.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n38p24-36



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

movements; as well as the understanding of social movements as social and occupational space of social workers.

KEYWORDS

Social Service. Social Movements. Critical Theory.

Submetido em: 3/4/2019.

Aceito em: 8/7/2019.

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte de uma demanda da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) ao conjunto dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's) da área: o mapeamento quantitativo/qualitativo dos temas pesquisados pela categoria profissional expressos nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) de 2014 e 2016¹. No que tange ao eixo *Movimentos Sociais e Serviço Social* o mapeamento quantitativo desta produção teórica revelou uma tímida produção acerca do assunto, totalizando apenas 6,7% do total de publicações². Percentual muito próximo ao verificado em eventos anteriores, porém significativamente maior do observado da segunda metade da década de 1990 ao final dos anos 2000 (3,8%). Neste universo, destaca-se como o principal movimento pesquisado pelos assistentes sociais o movimento social urbano (14%), seguido pelo movimento sindical (10,4%), movimento campestino (9%), movimento de mulheres e feminista (9%) e o movimento popular de saúde (9%). Tais índices chamam atenção para uma deflação do que antes seriam consideradas como as principais organizações políticas de pesquisa/interlocução profissional: o movimento sindical e o movimento campestino, com especial destaque neste último, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Todavia, se identificam-se alterações no universo da pesquisa profissional em seu estudo acerca dos movimentos sociais, estes também se tornam objeto de maior articulação e reflexão acerca da atuação profissional.

No que diz respeito ao Serviço Social, o que tais publicações apresentam a partir de relatos de experiência e sistematização da prática profissional é, para além do debate mais amplo da organização política da categoria profissional (a relação do Projeto Ético Político e a articulação do conjunto CFESS-CRESS com os movimentos sociais), a compreensão dos movimentos sociais como espaço sócio ocupacional e/ou elemento transversal aos demais processos de trabalho do assistente social, obtendo nesta conjuntura significativa relevância. Deste modo, este trabalho estrutura-se em dois eixos: o quadro geral da produção teórica realizada acerca do tema *movimentos sociais* e as principais tendências ao debate, com especial destaque à atuação profissional junto aos movimentos sociais; e, em segundo, a apresentação da síntese do debate realizado pela categoria acerca dos movimentos urbanos. A partir destes elementos e, à guisa de conclusão, sinalizaremos ainda as principais ações previstas no plano de atuação do GTP *Movimentos Sociais e Serviço Social* para o biênio 2019-2020.

¹ Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS estão divididos a partir dos seguintes eixos temáticos: *Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política social e Serviço Social; Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; Movimentos sociais e Serviço Social; Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social; Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, geração e classes sociais.*

² As publicações nos ENPESS de 2014 e 2016 totalizaram juntas 2.128 artigos, dos quais apenas 144 diziam respeito ao tema dos movimentos sociais.

A PRODUÇÃO TEÓRICA ANALISADA: QUAIS AS TENDÊNCIAS AO DEBATE?

O total de trabalhos que envolvem a temática *movimentos sociais* no XIV e XV ENPESS estão distribuídos da seguinte forma: movimento ambiental (1,5%); movimento indígena (2%); movimento LGBT (3%); movimento negro e quilombola (2%); movimento estudantil de Serviço Social – MESS (3,5%); partidos políticos (5%); movimento campestre (9%); movimento de mulheres e feminista (9%); movimento popular de saúde (9%); movimento sindical (10,4%); movimentos sociais a nível nacional/internacional (11,8%) e o movimento social urbano (14%). Já no que tange ao Serviço Social, os trabalhos que tratam da relação profissional com os movimentos sociais se constituem em maior número (17,5%), apontando para uma mudança qualitativa na aliança e intervenção junto a estes sujeitos.

Detemos aqui uma diferença significativa no perfil dos trabalhos publicados entre os anos de 2014 e 2016: enquanto neste primeiro ocorreu uma maior presença de trabalhos acerca da questão urbana, gênero e feminismo, bem como, uma leitura massiva no que tange ao contexto nacional e internacional a partir do profícuo diálogo com o fenômeno das *jornadas de junho*, nota-se a completa ausência de publicações ao tema de *partidos políticos*. Em sentido distinto, no ano de 2016 os partidos políticos não apenas retornam como objeto de estudo e, com estes, o protagonismo, ainda que tímido, do movimento sindical e campestre, como as reflexões teóricas incorporam autores e debates clássicos, a exemplo dos temas da alienação, consciência de classe e intelectual orgânico e a atualidade do partido revolucionário e a contribuição política de Marx, Engels, Lênin e Gramsci para luta de classes. Todavia, apesar da pluralidade temática e a correspondente reflexão teórica ao pulsar das manifestações sociais, a análise de conjuntura (da realidade social e de seus determinantes histórico e materiais), detém ainda um lugar tímido entre as publicações, em geral secundário, ganhando destaque em menos de ¼ dos artigos. Se consideramos este elemento como imprescindível para compreensão da realidade contemporânea e o Serviço Social, os trabalhos ainda se restringem, em sua maioria, à análise descritiva e específica de cada movimento social, bem como, ao funcionamento das políticas sociais que lhe são correspondentes.

Em resumo, poderíamos elencar em quatro pontos as principais tendências ao debate:

1. Em primeiro lugar, **o reconhecimento da importância da relação do Serviço Social com as lutas das classes subalternas**, dado que representa uma possibilidade de redimensionamento da profissão, no sentido de processar criticamente a sua função no processo de produção/reprodução das relações sociais e nos próprios conflitos de classe.
2. **A hegemonia da tradição marxista na produção teórico-acadêmica**. Identifica-se a opção na maioria dos trabalhos por uma perspectiva teórico-metodológica crítica, bem como, o uso bibliográfico dos clássicos da tradição marxista no Serviço Social. Porém, cabe sinalizar para uma presença significativa de leituras pós-modernas e ecléticas, em especial, no que tange a uma hipervalorização da *sociedade civil* e da participação social em detrimento de uma real compreensão da luta de classes e da correlação de forças presente no atual cenário. Fato que muitas vezes conduz não apenas a leituras equivocadas e/ou românticas acerca do Estado, como a confusões entre o significado dos movimentos sociais e as esferas de controle social.
3. **A extensão universitária como instrumento de articulação e atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais**. A extensão assume um papel preponderante no questionamento acerca da função social da universidade. Para Marro (2011), o cenário de

movimentação das classes subalternas sacode as zonas de conforto da Universidade Pública, possibilitando ao corpo acadêmico pautar a produção de conhecimento em sintonia com a agenda de lutas e reivindicação desses sujeitos. Sob esta perspectiva, os movimentos sociais nos quais os projetos de extensão fazem-se presentes são o movimento sem-teto, sobretudo, o MTST; o movimento campestre (com destaque ao MST, a via campestre e a contribuição dos projetos de extensão aos cursos de graduação do PRONERA); o movimento popular de saúde (a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e os Fóruns de Saúde em defesa do SUS nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba e no município de Campina Grande)³; o movimento feminista e as associações pesqueiras e ribeirinhas.

A maioria dos projetos objetiva contribuir para a qualificação da auto-organização dos movimentos sociais. Para isso, utilizam-se da formação de equipes interdisciplinares; o investimento em conteúdos gerais e específicos com vistas à formação política e a abordagem de temáticas diversas, em especial notoriamente à área da saúde pública, práticas de agroecologia e meio ambiente. Neste aspecto, os instrumentos, técnicas e linguagens estão subordinados, em geral, à estratégia pedagógica da *educação popular*, com vistas a um trabalho didático e horizontal das necessidades de formação e organização política.

4. Atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais. Como antes exposto, no que diz respeito ao Serviço Social, as publicações apresentam, para além do debate mais amplo da organização política da categoria⁴, a compreensão dos movimentos sociais como espaço sócio ocupacional e/ou elemento transversal aos demais processos de trabalho do assistente social. Neste primeiro aspecto – os movimentos sociais como espaço sócio ocupacional – trata da atuação profissional junto aos movimentos sociais a partir de um vínculo de assalariamento. Uma das vias para tal se constitui por meio de convênios firmados entre movimentos sociais e alguns órgãos estatais, de modo que profissionais como os assistentes sociais auxiliem na execução de projetos e programas sociais junto aos trabalhadores organizados⁵; bem como e, em menor medida, a

³ A temática da saúde pública apresenta-se tanto como área específica (a assessoria e participação ao movimento popular de saúde); como temática transversal à atuação junto aos movimentos sociais. Enquanto temática transversal, faz-se presente em atividades próprias à assessoria prestada pelos assistentes sociais, na condição de tema recorrente em debates, oficinas e encontros, possibilitando a construção de agendas de pesquisa e trabalho. Do mesmo modo, no que tange à atuação em acampamentos e assentamentos sem-terra é demanda recorrente aos assistentes sociais a realização de estudos sociais e epidemiológicos, levantamento de demandas e levantamento do perfil socioeconômico das famílias para a elaboração conjunta de reivindicações e negociações com o poder público local e esferas do controle social.

⁴ Dentre os trabalhos publicados, cabe destacar a experiência do CRESS-SP em sua articulação à Frente Nacional contra a Privatização da Saúde; os Movimentos sociais urbanos; Movimento em defesa dos Direitos Humanos, e a sua política de solidariedade a nível nacional e internacional. Neste último aspecto esteve presente em pautas como a defesa da democracia; contra as novas tentativas de golpe cívico militar; as lutas contra os modelos privatistas de saúde pública; contra a criminalização do aborto e apoio às políticas exitosas em Cuba e no Uruguai; pela reforma agrária e contra a segregação de acesso à terra; contra as expressões reacionárias de homofobia, xenofobia e racismo; contra a política de terror de combate às drogas; contra o embargo econômico aplicado à Cuba e seus efeitos nocivos para as gerações de cubanos/as e para a humanidade.

⁵ Tomamos aqui dois exemplos: o primeiro é a inserção dos assistentes sociais no MST e na FETAEMA (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão). Situa-se a participação de Assistentes Sociais na execução do Projeto LUMIAR e do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), ambos implementados por instituições vinculadas a FETAEMA e ao MST em

contratação pelos próprios movimentos sociais com fins à formação política, assessoria e capacitação para o controle social, como é o caso de experiências junto ao movimento sindical. Já, no que tange a atuação com os movimentos sociais a partir de serviços, esta é empreendida por assistentes sociais a partir de suas respectivas instituições empregadoras,

[...] e consiste no desdobramento de algo que já fazemos – o intermédio do acesso da população usuária aos serviços e/ou políticas sociais em um caráter coletivo. Para isso, a aproximação aos movimentos sociais deve constituir-se como parte do nosso fluxo de trabalho, através da ‘rede’ com a qual nos articulamos; e, principalmente, por meio de uma ação profissional capaz de estimular na população usuária o reconhecimento do caráter comum e coletivo de suas demandas, a sua identidade enquanto classe e, deste modo, a sua organização política, aproximando-a dos movimentos existentes e de pautas com a qual se identifica (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2018, p. 4).

Como bem aponta Duriguetto (2014), um dos desafios da intervenção profissional "[...] é apreender as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos e fortalecer suas formas de resistência já existentes ou ainda ocultas, ou seja, o desvelamento das formas de organização e das potencialidades de mobilização e de luta" (DURIGUETTO, 2014, p. 189). Tal apreensão permite aos assistentes sociais em seu exercício cotidiano ultrapassar o caráter fragmentado das políticas sociais e o simples reforço à adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais, os quais reforçam a individualização no acesso aos direitos e a perspectiva de apassivamento. Neste sentido, o que os trabalhos publicados nos revelam é a possibilidade programática de contribuição às lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais através da atuação em pautas como a luta pela reforma agrária, pela moradia, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, idosos, crianças e adolescentes, etc. Além de outra dupla contribuição profissional: a politização dos espaços dos fóruns, conselhos e conferências no que tange ao debate das políticas sociais; e a construção de alternativas para suas reivindicações, atribuindo visibilidade e transparência para as situações de inexistência, oferta precária ou violação de direitos.

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS COMO OBJETO DE ESTUDO DO SERVIÇO SOCIAL

O movimento social urbano, como objeto privilegiado de pesquisa dos assistentes sociais em 2014 não se deu por acaso. Os últimos dez anos, em especial nas grandes metrópoles brasileiras, foram marcados por um maior tensionamento entre a pauta dos trabalhadores pelo *direito à cidade* e a requisição aos bens fundamentais à sua

parceria com o Estado. As demandas que determinaram o assalariamento de Assistentes Sociais se relacionam a necessidade de formar equipes de trabalho para atuarem no processo de implementação de políticas públicas junto aos trabalhadores (as) rurais; assessoria e formação de militantes que cumprissem papéis de orientação, coordenação, formação, articulação, sistematização etc., em secretarias e setores específicos da FETAEMA e do MST, respectivamente. Um segundo exemplo é o da entidade de mulheres *Amazonas sempre Vivo*, cuja institucionalização do movimento permitiu a contratação de uma assistente social, de modo a auxiliar a organização das mulheres beneficiadas e a sua capacitação com vistas ao controle social. Por fim, e como terceiro exemplo, falamos do Serviço Social no Programa de Educação Ambiental em Comunidades Costeiras (PEAC), realizado pela PETROBRAS como exigência da política pública de licenciamento ambiental das atividades off shore da citada empresa na Unidade de Operação Sergipe/Alagoas, onde o profissional atua via educação ambiental na Articulação Nacional de Pescadoras no Brasil (ANP).

reprodução (a exemplo da moradia e o transporte público), e o confronto aos interesses do grande capital expressos nos megaeventos, nas remoções, na especulação imobiliária, na privatização desenfreada e na intensa criminalização da pobreza. Ao expandirem-se, empurrando os extratos mais pauperizados para as áreas periféricas, destituídas de serviços, infraestrutura urbana e equipamentos coletivos, as cidades brasileiras têm se configurado como espaço de grande segregação socioterritorial. Logo, a dinâmica de produção e reprodução do espaço não pode ser pensada excetuada de sua intrínseca relação com os processos de acumulação capitalista, exploração da força de trabalho e a resistência engendrada pelos *de baixo* (recomendamos o uso de itálico nos destaques, o uso de aspas duplas para citação direta e as aspas simples para citação dentro de citação direta). Tal contexto apenas reforça o nosso entendimento de que o urbano consiste em um dos espaços atuais de maior dinamismo da luta de classes, o que reflete e justifica, acertadamente, a maior presença da pesquisa profissional sobre o tema.

Do total de vinte trabalhos, dezenove são resultados de pesquisa, apenas um retrata a experiência de extensão universitária e nenhum relaciona-se a experiências ou sistematizações do trabalho profissional nos serviços. Nesse sentido, estão entre os movimentos sociais urbanos pesquisados pelos assistentes sociais, entre expressões locais e nacionais, as seguintes organizações: Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU); Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); Rolezinhos; Ocupas (presente nos Estados Unidos da América, com *Occupy Wall Street*, na Turquia, com os movimentos da Praça *Taksim*, e na Espanha com os *Indignados*, além do *Ocupe Cocó* em Fortaleza (CE)); União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP); Movimento Organizado Hip Hop; Hip Hop Gospel Organizado; Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Levante Popular da Juventude (LPJ); Movimento Passe Livre (MPL); Coletivo DAR (Desentorpecendo a razão); Movimento Pau de Arara (MPA); Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Cabe destacar que este último movimento social é o mais recorrente objeto de estudos e pesquisas da categoria, além de ser frequentemente referenciado, mesmo nos trabalhos que não o pesquisam diretamente, como a principal organização de luta por moradia no país⁶.

⁶ Note-se que esta é uma tendência distinta da identificada por Farage e Dias (2016) que, ao analisarem publicações de trabalhos sobre movimentos sociais e questão urbana nos principais eventos do Serviço Social entre 2012 e 2015, apontavam que "[...] entre os trabalhos apresentados nos eixos temáticos movimentos sociais e questão urbana, apenas uma parte trata diretamente dos sujeitos sociais organizados nos movimentos sociais ou vítimas e sujeitos da questão urbana, ou seja, apenas uma parte trata dos trabalhadores, tendo a grande maioria uma abordagem teórica genérica sobre a temática, sem pesquisas empíricas e sem vínculos reais com os sujeitos" (FARAGE; DIAS, 2016, p. 10-11). A pesquisa supracitada abarca trabalhos apresentados na modalidade de comunicação oral de quatro eventos nacionais que envolvem a área de Serviço Social: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Encontro Nacional de Política Social (ENPS) e Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Entendemos, contudo, que se tratando especificamente dos anais de 2014 e 2016 do ENPESS já não se pode afirmar o mesmo, visto serem justamente os trabalhos ditos teóricos os que aparecem em menor quantitativo.

Gráfico 1. Movimentos urbanos pesquisados pelo Serviço Social (ENPESS 2014 e 2016)


Fonte: Elaboração própria (2018).

A apreensão das contradições urbanas e da ação coletiva de sujeitos sociais, no sentido de lutar contra as condições degradadas de vida na cidade e de garantir seus direitos, interessa ao Serviço Social, especialmente, pelo fato de considerarmos a "questão social" como matéria do Serviço Social. Ademais, a incorporação do debate sobre movimentos sociais no âmbito desta profissão inscreve-se como parte do leque temático indispensável para a compreensão do seu significado sócio-histórico, bem como, da trama das determinações e relações sociais que lhe conferem particularidade histórica. Considerando que o Serviço Social se institucionaliza nos anos 1930, detendo por objetivo atenuar as sequelas materiais e morais decorrentes do trabalho assalariado sobre o proletariado urbano e o exército industrial de reserva (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012), percebemos que a relação do Serviço Social com a questão urbana constitui um dos traços marcantes da origem desta profissão.

No entanto, observamos que a ênfase dada pela categoria ao estudo dos movimentos sociais urbanos é uma peculiaridade do ENPESS de 2014, visto não ser esta uma tendência presente em anais anteriores e tampouco repetir-se no ENPESS seguinte (2016). Passamos assim, a supor estarmos diante de um reflexo das *jornadas de junho* de 2013 na produção teórica do Serviço Social, a qual se afirma como a principal tendência de estudo identificada. De modo geral, há um profícuo diálogo com este fenômeno, apresentado nos trabalhos como *uma mudança na conjuntura política da luta de classes brasileira* e *um marco por trazer as lutas urbanas à visibilidade*, dada a grande repercussão que tais atos e mobilizações tiveram no último período, inclusive pela quantidade e pluralidade de sujeitos envolvidos. Ora, há quem diga que desde as campanhas das Diretas Já, na década de 1980, não tínhamos mobilizações de rua tão vigorosas, as quais impactaram significativamente na popularidade do governo petista, até então, para muitos, intocável em seus índices de aprovação.

O reajuste do preço das tarifas do transporte público e a repressão policial que se seguiu às primeiras manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo foram o

estopim das jornadas que ocuparam as ruas de todo o país, cuja questão urbana esteve no centro da insatisfação social geradora das mobilizações. Se as contradições do Brasil contemporâneo se expressam como contradições do processo de produção do espaço, geradoras de novas dinâmicas urbanas em tempos de mundialização financeira, com suas incidências sobre as cidades e, em particular, sobre as condições de moradia e vida da classe trabalhadora, soma-se a isso a requisição por direitos sociais fundamentais, na condição de *bens públicos*, subfinanciados e largamente privatizados.

O período recente reproduz assim, a cultura higienista e apartada da história da urbanização brasileira, onde o interesse predominante das elites volta-se para construção de uma nova imagem da cidade, produzida por meio de grandes intervenções urbanas que afastam e escondem a pobreza do horizonte dos outros países e do seu próprio olhar. Ademais, as intervenções implementadas nas principais cidades com vistas à realização dos megaeventos esportivos no país – a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 – foram exemplares da complexificação da questão urbana. Tais intervenções constituíram alvo de constantes denúncias de violação sistemática aos direitos humanos, especialmente por parte dos *Comitês Populares da Copa*, movimentos e associações diversas. Portanto, os artigos publicados evidenciam que não é verdadeira a ideia de que as ruas foram ocupadas em junho apenas por uma massa conservadora e reacionária. Desta forma, inexistem dúvidas quanto à heterogeneidade que caracterizou o perfil dos sujeitos individuais e coletivos presentes e, em decorrência, da disputa existente por sua direção social entre setores progressistas – seguimentos adeptos da ação direta, movimentos e organizações mais consolidadas no campo político da esquerda e tendências governistas diversas – e da direita. Esta última, instrumentalizada por meios midiáticos na tentativa de impor aos atos um caráter despolitizado e moralizador, no sentido de favorecer nas ruas a ascensão do reacionarismo.

No que tange ao conjunto das publicações, a tradição marxista aparece como o mais recorrente referencial teórico-metodológico, ao que segue de seus autores contemporâneos como David Harvey (2004; 2005), à referência de intelectuais orgânicos brasileiros, a exemplo de Guilherme Boulos (2012) e Ermínia Maricato (2003; 2006). Por outro lado, também se destaca o uso de autores clássicos sobre o tema de movimentos sociais urbanos, ainda que de distinto referencial metodológico como Jean Lojkin (1997) e Castells (2000)⁷.

Trabalhamos com o suposto de que a adoção do referencial crítico-dialético constitui importante desdobramento teórico e político para a superação e ruptura com o tradicionalismo, processo que aconteceu e se faz necessário frente ao atual contexto de

⁷ Chama-nos atenção o fato da obra intitulada *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*, publicada em 2014, ser citada em todos os artigos sobre o tema do ENPESS de 2016, indicando o quanto o esforço de organização deste livro, capitaneado pelas professoras Beatriz Abramides e Maria Lúcia Duriguetto (2014), consistiu em um importante e recente passo no sentido de avançar no debate contemporâneo sobre essa relação num quadro geral de poucas formulações a respeito na área. Aliás, vale lembrar a observação de Yamamoto (2005) ao analisar o legado da reconceitualização do Serviço Social quando afirma que, embora o tema *movimentos sociais* tenha polarizado o debate da categoria profissional e norteador pesquisas na área, ele não se espelhou em uma produção acadêmica marcante como ocorreu, por exemplo, com os temas do Estado brasileiro na idade do monopólio e das políticas sociais, em especial a Seguridade, ficando com as reflexões a respeito dos movimentos pulverizadas em artigos publicados na revista *Serviço Social e Sociedade*.

avanço neoconservador. Entretanto, ainda encontramos nos artigos analisados a utilização de noções e conceitos em voga, em especial, da sociologia francesa – o debate sobre a exclusão, desfiliação/filiação – de modo acrítico, além de notório ecletismo. A crítica a noções como *exclusão social*, bem como, a modelos analíticos europeus relativamente recentes não foi apropriada por boa parte dos autores dos trabalhos analisados. É o caso da incorporação da noção de novos movimentos sociais, apartada da contradição capital-trabalho, assim como, o uso de uma certa concepção weberiana de *tipo ideal* de movimento social a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren (1987), na medida em que concebe como movimento social organizações que possuem componentes constitutivos específicos, como práxis, projeto, ideologia, direção e organização. Sob essa lógica, corre-se o risco de um *engessamento* da realidade, através da tentativa de enquadrar a dinâmica dos movimentos sociais nos quatro elementos citados, em detrimento da perspectiva de totalidade. Afinal, não podendo ser nenhum destes componentes (práxis, projeto, ideologia, direção e organização) tomados isoladamente, também não podemos deixar de perceber o quanto tais elementos atuam em perfeita interseção entre si, sendo sempre um risco, mais precisamente um equívoco, afirmar que determinado aspecto de um movimento social pode ser caracterizado como um elemento e não como outro.

Outra armadilha identificada nas formulações analisadas consiste em, por vezes, querer que se opere uma substituição da identidade de classe pela identidade de *sujeito portador de direitos* ou a identidade de *cidadãos iguais* como parece sugerir Dagnino (2000), autora frequentemente incorporada nos artigos analisados. Para Dagnino (2000), o que estaria em jogo seria o direito de participar nas definições do sistema vigente e não necessariamente sua transformação radical. Entretanto, nos cabe sinalizar que a consigna ilusória do *direito a ter direitos*, típica a uma residual concepção de cidadania liberal, significa ignorar o caráter classista da cidadania como parte das muitas aparências necessárias à dominação burguesa, na medida em que neutraliza os antagonismos de classe, resguardando trabalhadores e proprietários na figura comum de cidadão. Se consideramos a cidadania como a contraface da desigualdade entre classes e da acumulação capitalista, tal apreensão *igualitária* é uma arapuca das mais astutas, dado que a cidadania burguesa:

[...] dispensa a participação ativa dos cidadãos, exigindo das massas apenas uma postura, a mais absoluta possível, de indiferença, inércia e conformismo. Basta-lhe a obediência. Não se requer a livre adesão dos indivíduos. Não necessita, e chega mesmo a dispensar, a participação do conjunto da cidadania, salvo nos rituais eleitorais, transformados quase sempre em mero exercício de legitimação política. Passado esse momento o cidadão é alguém a quem formalmente se homenageia, mas que não se leva a sério (DIAS, 1999, p. 63).

Em síntese, os artigos analisados evidenciam a ação política dos movimentos urbanos na luta pelo reconhecimento e garantia do direito à cidade, apreendendo avanços e entraves em seus processos de organização e mobilização. As análises tecidas acompanham e se fundamentam em um amplo debate acerca das tendências postas à organização popular na contemporaneidade, onde os autores discutem os avanços, conquistas e dificuldades das organizações em face da questão urbana brasileira. Problematizam ainda, os desafios postos para os movimentos sociais e ampliam a discussão para as estratégias adotadas por estes, seus processos de organização e mobilização, dilemas e contradições que

perpassam as lutas no período contemporâneo, dimensões importantes para a análise da ação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as necessidades e interesses das classes subalternas que, politizadas pelas lutas sociais, tornam-se requisições profissionais para a categoria de assistentes sociais, ao qual desenvolve suas competências e atribuições a partir de distintas refrações da Questão Social e, por essa razão, faz-se cada vez mais necessário lembrarmos que “[...] a articulação com as forças vivas da sociedade, intensificando a aproximação com os movimentos sociais [...] foi o trajeto percorrido na construção do nosso projeto e certamente o caminho necessário para o seu fortalecimento no presente” (IAMAMOTO, 2012, p. 135).

Nesse sentido, como grande desafio para o GTP Movimentos Sociais e Serviço Social e que requererá fôlego e investimento do conjunto das/os pesquisadoras/es deste campo temático, podemos indicar a necessidade de organizar trincheiras na perspectiva do fortalecimento e aprofundamento permanente da relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais. Para tanto, constituem o plano de ação posto para o GTP Movimentos Sociais e Serviço Social no biênio 2019-2020:

- Difusão e mobilização entre a categoria profissional e estudantes do CFESS Manifesta intitulado ‘O trabalho de Assistentes Sociais junto aos movimentos sociais’, produzido pela gestão 2017-2018 do GTP e lançado no ENPESS de Vitória-ES. Este documento apresenta em formato sintético e didático algumas reflexões e tendências postas para a atuação profissional junto a organizações da classe trabalhadora, reconhecendo e apontando possibilidades de intervenção profissional junto a estes sujeitos coletivos;
- Avançar na construção dos parâmetros para atuação profissional junto aos movimentos sociais, em parceria com o Conjunto CFESS/CRESS, tomando como preocupação crucial as demandas postas aos/às assistentes sociais em seus espaços de trabalho de ações de cunho punitivista que inscrevem a atuação profissional como força auxiliar da repressão aos movimentos sociais organizados e, portanto, em direção contrária ao construído e expresso pelo projeto ético-político da profissão;
- Articulação com os profissionais que atuam em programas e projetos de extensão universitária que se propõem a construir experiências de articulação e trabalho conjunto com os movimentos sociais e organizações populares, os quais apresentam também significativa relevância para a função pública da universidade, para a formação profissional em Serviço Social e para a própria organização dos movimentos articulados naquele território. Inclusive porque, como destaca o Plano Nacional de Extensão Universitária, “[...] a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares” (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001, p. 2);

- Continuar a avaliação sobre a inserção do conteúdo dos Movimentos Sociais nos Currículos das Unidades de Formação Acadêmica (UFA's), questionando a respeito da incorporação e do desenvolvimento da temática Movimentos Sociais na formação profissional em Serviço Social, especialmente no que diz respeito às tendências teóricas predominantes nos conteúdos ministrados e expressos em programas, ementas, autores e bibliografias adotadas;
- Continuar o trabalho de organização de um acervo virtual sobre a história do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) a partir da sua produção bibliográfica, documentos, imagens e vídeos enviados pelos pesquisadores e demais colaboradores, considerando que historicamente a juventude vem assumindo papel importante no campo da atuação política, com significativa intervenção na conjuntura nacional e inserção nos mais diversos espaços de participação política e movimentos sociais, entre os quais, destacamos, especialmente, o Movimento Estudantil (ME) como sendo o que mais aglutina e organiza este segmento. No âmbito do Serviço Social, particularmente, o movimento estudantil vem pautando sua ação política numa perspectiva contestadora à ordem social vigente e de compromisso com a classe trabalhadora, sendo sujeito partícipe do processo de construção e reafirmação do projeto ético-político profissional;
- Articular um observatório dos processos de criminalização dos movimentos sociais, para acompanhamento e enfrentamento coletivo, dada a ascensão fascista no governo brasileiro e o que já tem sido anunciado como o tratamento a ser dispensado aos denominados *marginais vermelhos* pelo discurso do presidente eleito.

Certamente as ações sumariadas não abrangem a totalidade da agenda política do GTP, embora representem as principais ações a demandarem investimento fundamental da nossa parte para o próximo período. Notadamente porque não nos restam dúvidas de que um dos caminhos para avançarmos na ruptura com o conservadorismo é o fortalecimento da relação com movimentos, organizações e partidos que permanecem na resistência contra o capital, contribuindo diretamente para a consolidação de uma cultura profissional de cariz crítico, contraposta à hegemonia dominante.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

BOULOS, G. **Por que ocupamos?** uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 16., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Tema: CFESS Manifesta. Brasília: CFESS, 2018.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. 2. ed. Campinas-SP: IFCH/UNICAMP, 1999.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

FARAGE, Eblin; DIAS, Sabrina. Cidade, movimentos sociais e Serviço Social: desafios ao projeto ético-político. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 15., Ribeirão Preto, 2016. **Anais [...]**. Ribeirão Preto - SP: ABEPSS, 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária, v.1).

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola: 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional. In: Conselho Federal de Serviço Social (org). In: SEMINÁRIO NACIONAL: 30 ANOS DO CONGRESSO DA VIRADA, Brasília, 2012. **Anais [...]**. Brasília (DF): Conselho Federal de SS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Metrópoles brasileiras**. Texto elaborado por ocasião da palestra dada no evento Próximo Ato 2006 no dia 26 out. 2006, no Instituto Goethe, por solicitação do Itaú Cultural.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, maio/ago. 2003.

MARRO, Kátia. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Ano 11, n. 22, jul/dez, 2011.

SCHEREN-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

Maria Clariça Ribeiro Guimarães pesquisadora e autora.

Graduação e mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), respectivamente. Atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social na gestão 2019-2020.

Morena Gomes Marques pesquisadora e autora.

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Serviço Social e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Coordenadora do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social na gestão 2017-2018.
